FOLHETO
1º 055
DATA 21/11/02

VERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

# EUCLIDES DA CUNHA E O ITAMARATY

(Peru versus Bolívia)

EDITADO PELO GOVÊRNO DO ESTADO DO AMAZONAS

**Secretaria de Imprensa e Divulgação**

Palácio Rio Negro

*HÉLIO A. SCARABÔTOLO*

# EUCLIDES DA CUNHA E O ITAMARATY

( Peru versus Bolívia )

*apresentação de*

*ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS*

BIBLIOTECA ARTHUR REIS
MANAUS - AMAZONAS

Manaus — Amazonas

1966

FOLHETO
Nº 055
DATA 21/11/02

# apresentação

A HISTÓRIA *deve começar através de uma frase perfeita desta conferência — a propósito da chamada de Euclides para a equipe de Rio Branco. Diz o conferencista — "A associação dos dois grandes homens era fatal". Realmente assim foi. O Barão e Euclides, pela formação de ambos, pela contingência do momento brasileiro, não poderiam estar distanciados no exame da problemática brasileira em face da conjuntura intercontinental e à posição que assumíamos e a que não podíamos mais faltar. E Euclides passou a integrar aquêle grupo esplêndido para escrever um dos mais vivos capítulos da crônica do Itamaraty na fase republicana. E passando a integrar o grupo, fêz-se senhor magnífico dos assuntos amazônicos, dos assuntos sulamericanos.*

*"Peru versus Bolívia" é justamente, com o "Relatório sôbre o Purus", a comprovação do seu admirável domínio dos temas e das teses que se debatiam a propósito de nossa política no continente e nossa afirmação de soberania sôbre áreas que nos contestavam.*

*"Peru versus Bolívia", em meu entender, como professor de História da América, é o livro máximo até agora escrito entre nós sôbre o processo de formação do continente, sob o ângulo hispânico. Ninguém lhe excedeu na análise e na compreensão dêsse processo. Porque, na realidade, o que se lê ali não é apenas um pronunciamento favorável aos títulos que Bolívia invocava no litígio com o Peru, mas uma apresentação profunda de como se efetuou a emprêsa de descobrimento, de ocupação, de expansão e de institucionalização*

*do sistema espanhol de domínio. Não lí, até hoje, nada que superasse aquelas páginas de tanto esplendor literário e de tanta segurança histórica. A literatura na espécie é imensa. Conheço muito dela por dever de ofício. Insisto na afirmativa — nada superior, como síntese, aos períodos de Euclides.*

*Esta conferência, no centenário do Mestre, é mais uma homenagem que o Govêrno do Amazonas, na edição que dela faz, lhe presta. Seu autor é personagem do Itamaraty, a que serve com a bravura de uma inteligência fácil de compreender neste texto e com uma atividade marcante à frente do Departamento Cultural, que promove o Brasil, no exterior, através de cursos, de exposições, de publicações. E' expressão de elite, na nova geração que faz do Ministério do Exterior uma casa que não desmerece de suas melhores tradições.*

MANAUS, *junho de 1966.*

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

OS NOSSOS historiadores costumam escrever que a época em que o Barão do Rio Branco dirigiu o Itamaraty, a diplomacia brasileira alcançou sua fase áurea, o seu maior prestígio. Em 10 anos, de 1902 a 1912, o Grande Chanceler dirimiu tôdas as pendências fronteiriças do Brasil, incorporou mais de 900 mil quilômetros quadrados ao patrimônio nacional, recuperou populações brasileiras perdidas no limbo de regiões ignotas, demarcou fronteiras, e com o seu gênio geopolítico, completou a obra dos bandeirantes, dos estadistas portuguêses e dos grandes políticos do Império brasileiro. Foi êle o homem providencial que arrematou, dentro dos mais puros princípios jurídicos, uma obra de quatro séculos. Não estou aqui, todavia, para falar dessa obra gigantesca. Meu cometimento se cinge às relações de Euclides da Cunha com o Itamaraty e especìficamente ao livro "Peru versus Bolívia".

O Barão do Rio Branco sempre rodeou-se de dois tipos de homens: os extremamente bem educados e os homens extremamente inteligentes. Todos de excelente formação intelectual. E isto bastava para que o Chanceler fizesse a sua grande diplomacia. Rodeavam-no uma brilhante equipe de homens, políticos, diplomatas, escritores, cartógrafos, astrônomos, engenheiros, historiadores, geógrafos, os quais, no Brasil e no

exterior trabalhavam sob as suas ordens diretas. Uma verdadeira constelação de personalidades a serviço da Pátria, entre as quais, só para citar as que detinham altas funções diplomáticas, se encontravam Joaquim Nabuco, Graça Aranha, Oliveira Lima, Gastão da Cunha, Domício da Gama, Assis Brasil, Araujo Jorge, Enéas Martins, Hilário de Carvalho e Fontoura Xavier

Euclides da Cunha será chamado, oportunamente, a fazer parte da equipe do Barão. E assim se deu.

A 17 de novembro de 1903 o Barão do Rio Branco assinava com os Delegados bolivianos Fernando Guachala e Claudio Pinilla, o Tratado de Petropólis, que pôs fim às pendências de fronteiras entre o Brasil e a Bolívia. Por êsse ajuste, o Brasil adquirira à Bolívia 191.000 quilômetros quadrados, cedendo-lhe 2.296 mil quilômetros quadrados, incorporou milhares de brasileiros, que viviam no Acre, ao seio da nacionalidade, pagou à Bolívia dois milhões de libras esterlinas e construiu a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Foi, essa negociação, a obra prima do Barão do Rio Branco e onde êle mostrou em tôda plenitude o seu gênio geopolítico.

Concluído o Tratado de Petropólis, a diplomacia brasileira preparou-se para discutir com o Peru a regularização das fronteiras comuns no Território do Acre, nas regiões do Alto Juruá e do Alto Purus.

Cassiano Ricardo descreve a situação que se apresentara então ao Itamaraty, dessa maneira: "o Peru se julgava com direito ao Acre e a uma grande

área amazônica; seu govêrno havia tentado tomar parte nas negociações com a Bolívia para uma solução tríplice, o que o Barão não permitiu; existia uma questão peruano-boliviana submetida ao arbitramento da Argentina e relativa ao território acreano. Os peruanos sentiam-se feridos com o Tratado de 1903. Tínhamos comprado uma briga".

A área que o Peru reivindicava era de mais de 440 mil quilômetros quadrados, superfície igual a da França ou Espanha, e os 191.000 km2 do Território do Acre, se achavam dentro dessas pretensões peruanas. O Peru reclamava as terras situadas entre as nascentes do rio Javari e a confluência do rio Beni, limitadas ao norte pelo paralelo 7° na meia-distância do rio Madeira e ao sul iam essas pretensões até o baixo Mamoré, incluindo o lago Rojo Aguado. Era a volta ao Tratado de Santo Ildefonso de 1777, posteriormente repudiado pela Espanha e Portugal e que não vigorou jamais nas demarcações político-administrativas dos Vice-Reinados e nas pendências de fronteiras entre Portugal e Espanha ou entre os Estados hispano-americanos e o Brasil.

Aqui necessito reproduzir a orientação formulada pelo Visconde do Rio Branco, pai do Barão, para as negociações do Império do Brasil com a Confederação argentina, sôbre as fronteiras entre os dois países em 1857. Essa orientação uma vez aceita pelo Brasil jamais foi alterada e o Barão foi o principal executor dêsses princípios político-jurídicos e os aplicou nas negociações que empreendeu durante 10 anos para

regularizar as fronteiras do Brasil. Eis a página orientadora :

"Os limites entre o Império do Brasil e as Repúblicas que com êle confinam não podem ser regulados pelos tratados celebrados entre Portugal e Espanha, suas antigas metrópoles, salvo se ambas as partes contratantes quiserem adotá-los como base para a demarcação de suas respectivas fronteiras.

"As convenções com que as duas coroas de Portugal e de Espanha procuraram dividir entre si as terras ainda não descobertas ou conquistadas na América e extremar suas possessões já estabelecidas no mesmo continente nunca surtiram o desejado efeito.

"As dúvidas e incertezas de tais estipulações, os embaraços emergentes de uma e de outra parte, e por fim a guerra, sucessivamente inutilizaram todos os ajustes, e consagraram o direito do **uti possidetis** como o único título e a única barreira contra as usurpações de uma e outra nação e, de suas colônias na América Meridional.

"As últimas estipulações ajustadas e concluídas entre as duas coroas para a demarcação de seus domínios no Nôvo Mundo são as do Tratado Preliminar de 1.º de outubro de 1777, disposições em grande parte copiadas do Tratado de 13 de janeiro de 1750, que aquêle teve por fim modificar e esclarecer.

"O Tratado de 1777 foi rôto e anulado pela guerra superveniente em 1801 entre Portugal e Espa-

nha, e assim ficou para sempre, não sendo restaurado pelo Tratado de Paz assinado em Badajoz, aos 6 dias de junho do mesmo ano. A Espanha conservou a praça de Olivença, que tinha conquistado pelo direito da guerra, e Portugal todo o território pertencente à Espanha, que em virtude do mesmo direito ocupara na América.

"É, pois, incontestável que nem mesmo a Espanha ou Portugal poderia hoje invocar o Tratado de 1777, porque contra semelhante pretensão protestaria a evidência do direito internacional.

"O Govêrno de S. M. o Imperador do Brasil, reconhecendo a falta de direito escrito para a demarcação das suas raias com os Estados vizinhos, tem adotado e proposto as únicas bases razoáveis e equitativas que podem ser invocadas : **uti possidetis** onde êle existe, e as estipulações do Tratado de 1777, onde elas se conformam ou vão ao encontro das possessões atuais de uma e outra parte contratante.

"Êstes princípios têm por si o assento da razão e da justiça, e estão consagrados no direito público universal. Rejeitados êles, o único princípio regulador seria a conveniência e a fôrça de cada nação".

Contrariavam também as reivindicações peruanas o espírito e a letra da Convenção assinada entre o Brasil e o Peru em 1851, ratificada por ambos os governos e cujo artigo 7.º define as fronteiras entre os dois países. Êsse artigo reza : "Para prevenir dúvidas a respeito da fronteira aludida nas estipulações da

presente Convenção, concordam as Altas Partes Contratantes em que os limites do Império do Brasil com a República do Peru sejam regulados em conformidade com o princípio do **uti possidetis;** por conseguinte, reconhecem, respectivamente, como fronteira, a povoação de Tabatinga; e daí para o norte em linha reta a encontrar o rio Japurá defronte a foz do Apaporis, e de Tabatinga para o sul o rio Javari, desde a sua confluência com o Amazonas".

O Peru, entretanto, depois dos tratados de 1867 e de 1903 entre o Brasil e Bolívia, sempre reivindicou extensas faixas de terras em pleno coração da Amazônia brasileira. Euclides da Cunha escreveu sôbre isso: a linha peruana "intercepta o Purus em Vista Alegre; o Juruá no barracão Recife, e separa, ditatorialmente, num garboso rasgo imperialista de tira-linhas napoleônico, mais de quinhentas estâncias brasileiras do resto do país, e entre algumas vilas, Antimari, São Felipe e Lábrea".

Leandro Tocantins, o fino e arguto historiador do Acre e intérprete consumado da obra de Euclides da Cunha, escreve em seu livro "Formação histórica do Acre": "Conhecendo bem os antecedentes históricos, Rio Branco só admitia discutir com o Peru um simples arranjo de fronteiras nos territórios que o Brasil acabara de receber da Bolívia. O artigo 8.º do Tratado de Petropólis traduz o espírito do Itamaraty em tal sentido: "A República dos Estados Unidos do Brasil declara que ventilará diretamente com a do Peru a questão de fronteiras relativa ao território compreen-

dido entre a nascente do Javari e o paralelo de 11°, procurando chegar a uma solução amigável do litígio, sem responsabilidade para a Bolívia em caso algum".

Lògicamente o Peru, que havia submetido ao árbitro argentino seus problemas de fronteiras com a Bolívia, esperava que fôsse proferido o laudo arbitral para depois reclamar seus direitos junto ao Govêrno brasileiro. O Brasil deveria, pois, estar preparado para as discussões. Era necessário, antes de mais nada, neutralizar a região em litígio e fazer o levantamento.

O Barão do Rio Branco, homem meticuloso em seu trabalho, acostumado a negociar com as cartas geográficas e com os levantamentos topográficos, sentiu necessidade de enviar à região do Acre 2 comissões mistas peruano-brasileiras para o reconhecimento do Alto Purus e do Alto Juruá.

Com sua pertinácia e habilidade conseguiu negociar no Rio de Janeiro com o Ministro Plenipotenciário peruano, Don Guilherme Seoani, a 12 de julho de 1904 um acôrdo, que estabeleceu um **modus-vivendi** "destinado a vigorar no Alto Purus e no Alto Juruá durante o prazo fixado para a discussão diplomática sôbre os limites entre os dois países". Estava vencida a 1.ª fase da batalha. Estava neutralizada a região contestada.

Entretanto, êsse acôrdo estava longe de serenar o inconformismo peruano e de resolver os problemas sempre crescentes dos choques entre brasileiros e peruanos, no Acre. O Peru, apesar de ter assinado o

**modus-vivendi,** tudo fazia para protelar a sua execução e manobrou com a chancelaria brasileira no sentido de dar tempo ao tempo, de provocar pequenos incidentes fronteiriços e até pessoais, no Rio, com os seus representantes. O jovem Presidente Pardo, nôvo chefe do Estado peruano, não se conformava com a neutralização do território em disputa e sua esperança era adiar qualquer iniciativa, indefinidamente, até ver-se livre do Barão do Rio Branco, ou por demissão do cargo ou pela sua morte. Mas não se configurou qualquer das duas hipóteses.

E o tratado foi cumprido !

A Chefia da Comissão Brasileira que ia fazer o levantamento do Alto Purus foi confiada a Euclides da Cunha. E dessa hora em diante, até a sua morte, viveu êle sob as ordens do Barão, prestando inestimáveis serviços ao Itamaraty.

A associação dos dois grandes homens era fatal. Euclides entrou para a Academia Brasileira de Letras com o voto do Barão; tinham amigos comuns e admiração recíproca. Euclides sentia que poderia prestar serviços à obra de Rio Branco e tinha por êle grande fascinação intelectual. A união dos dois grandes homens se deu em 1904.

José Veríssimo, amigo de ambos, propiciou o encontro. O Barão já havia lido o artigo de Euclides intitulado "Conflito inevitável" e ficara impressionado com os seus conhecimentos sôbre a questão peruana.

Luiz Viana Filho conta em seu formoso livro sôbre

o Barão, o seguinte: "Outro que não demorou a entrar na órbita do Barão, foi Euclides da Cunha, que a publicação de **Os Sertões** fizera famoso, e fôra por êle, prazerosamente, ajudado a derrotar Domingos Olímpio na eleição da Academia. Euclides tinha, aliás, ambição modesta: aspirava apenas estudar o interior do país. Êle dirá a José Veríssimo: "Não escreverei diretamente ao Barão do Rio Branco. Mais do que as minhas palavras valerão a sua e a do Oliveira Lima. Para mim, êsse seguir para Mato Grosso, ou para o Acre, ou para o Alto Juruá, ou para as ribas extremas do Maú, é um meio admirável de ampliar a vida, e de torná-la útil e talvez brilhantíssima". Era também uma forma de ser romântico. O ideal fê-lo chegar até Rio Branco. E Domício da Gama assim descreve o encontro, em Petrópolis, após o jantar: "O Barão sentado à mesa, entre as duas janelas do quartinho que lhe servia de escritório, dando sôbre a estrada sossegada da Westfalia e o Piabanha rumoroso em baixo, Euclides pousado incômodamente sôbre uma cadeira pequena, respeitoso, comovido e tímido, como um estudante em hora de exame. Paranhos, tão bondoso e simples mas tão pouco familiar, acolheu-o afetuosamente e, noite a dentro, conversaram sôbre questões de história e geografia. Euclides dormiu na Westfalia, que foi o berço da duradoura amizade".

Nessa época, Euclides já havia deixado Lorena e estava morando no Guarujá, ao lado de seu querido amigo, o poeta Vicente Carvalho, trabalhando na Comissão de Saneamento de Santos, engenheiro que era

do Serviço de Engenharia do Estado de São Paulo. Foi essa sua última tarefa no Estado de São Paulo.

Em 25 de agôsto de 1904 escreve o filho dedicado ao seu pai: "Meu pai: recebi a sua carta e fico ciente do que nela me diz. Creio — mas não há muita certeza — que os vencimentos (de chefe da Comissão de Limites) são de 3:000$000 mensais. Em todo caso não serão muitos inferiores a esta quantia, para o 1.º Comissário — havendo, além disso, uma ajuda de custo que ainda não se fixou". Mais adiante, como em sua carta o pai se queixasse do despreendimento do filho em matéria financeira, Euclides escreve: "O Senhor tem razão: tenho sido idealista demais — e disso bem me arrependo. Vou fazer o possível para considerar as coisas pràticamente, sem contudo perder a minha velha linha reta à qual já estou habituado. Para mim a comissão ao Purus terá o valor de preparar-me talvez outras — porque pretendo desempenhá-la com a máxima dedicação".

E foi exatamente o que aconteceu. Em abril de 1905 Euclides já estava em Manaus com a sua gente, seus batelões, seus instrumentos, seus mapas, pronto para entrar nas misteriosas regiões dos confins do Amazonas.

A 15 de dezembro de 1905, de volta a Manaus, Euclides da Cunha, cumprida a sua missão, assinava, com o chefe da Comissão Peruana o seu relatório final.

O Relatório da viagem é uma peça de alto teor científico e documento importante da cartografia

brasileira. Nada escapou à argúcia e observação dêsse explorador genial. Suas informações, seus levantamentos, seus mapas serão, doravante, as peças fundamentais que servirão de documentação irretorquível para a defesa dos direitos do Brasil sôbre aquelas terras e servirão como armas fulminantes às argumentações do grande chanceler.

Euclides volta ao Rio em 1906 e se dedica inteiramente às questões de fronteira, ao lado do Barão, no Palácio Itamaraty.

Ao seu amigo Escobar, de São José do Rio Pardo, escreve em 1906 : "Felizmente continuo a olhar para o Ministro a quem tenho servido — o único grande homem vivo desta terra — com a mesma admiração e simpatia. E até com assombro : é lúcido, é gentil, é trabalhador e traça, na universal chateza dêstes dias, uma linha superior e firme de estadista. Ninguém poderá substituí-lo. Conheço pela metade as questões que nos ocupam no extremo norte, mas esta meia noção basta-me a garantir-te que a substituição de Rio Branco, por quem quer que seja, será uma calamidade. Há um baralhamento tal nas pretensões dos nossos vizinhos; incidem nelas tantos vícios históricos e tantas dúvidas geográficas; acumulam-se tantas perfídias nos acôrdos, convenções e tratados que vêm de Santo Ildefonso até hoje, — que o destrinçar tais meadas requer conhecimentos de longo curso, dificilmente adquiridos. Não sei quem possa tê-los da noite para o dia, nem como um simples decreto de nomeação possa aparelhar quem quer que seja com semelhantes requi-

sitos. Sei que os litígios em andamento são gravíssimos e capazes das maiores e mais dolorosas surprêsas para nós. Imagina um caso único: um quinto da Amazônia opulentíssima, que, de uma hora para outra por um desgarrão de estadista canhestro, ou capricho de um árbitro, vá passando para as mãos dos peruanos".

Euclides já está totalmente conquistado pela mística de Rio Branco. Entretanto, suas preocupações não têm razão de ser.

Afonso Pena, o nôvo Presidente, confirma o Barão em seu pôsto, onde fica até a sua morte, em fevereiro de 1912. Restam ainda 6 anos de vida para o Barão. Quantos anos restarão de vida para Euclides? O traço importante do caráter dêsse gênio era a estrita lealdade aos amigos; retidão de caráter; bondade de coração; devotamento ao trabalho; paixão pela coisa pública; veneração pela Pátria. Com êle jamais se importou, mas se um amigo fôsse caluniado ou estivesse em perigo e necessitasse de sua ajuda, êle estava sempre presente!

O cartógrafo, adido à Secretaria de Estado das Relações Exteriores continua encantado com as suas novas funções. Em agôsto de 1907 escreveu ao seu amigo Domício da Gama, que exercia naquela época as funções de Embaixador do Brasil em Lima: "Andei e ando muito doente de mapite aguda, porque certo há um micróbio sinistro emparceirado às traças vingadoras das velhas cartas geográficas feitas há trezentos anos para maior tormento dos que hoje as de-

letream. Quer isso dizer que muito pouco te poderei contar do que vai por aqui. Ando nos séculos XVII e XVIII. É um encanto êsse exílio no tempo. O próprio Barão, com a sua estranha e majestosa gentileza, recorda-me uma idade de ouro, muito antiga ou acabada. Continuo a aproximar-me dêle sempre tolhido e contrafeito pelo mesmo culto respeitoso. Conversamos, discutimos. Êle franqueia-me a máxima intimidade — e não há meio de poder eu considerá-lo sem as proporções anormais de homem superior à sua época. Felizmente êle não saberá nunca êsse juízo, que não é sòmente meu — senão que se vai generalizando extraordinàriamente.

De fato, é caso virgem de um grande homem justamente apreciado pelos contemporâneos. A sua influência moral, hoje, se irradia triunfalmente pelo Brasil inteiro".

Estamos em 1907.

Rio Branco tinha o poder mágico de saber escolher seus colaboradores. Euclides ia prestar-lhe, agora, um serviço da maior importância para sua vitória na luta das fronteiras com o Peru. A pendência entre a Bolívia e o Peru estava ainda nas mãos do Presidente argentino e a opinião pública deveria ser preparada psicològicamente para a luta que se ia travar. Ninguém mais capacitado pelos dotes literários e pelo conhecimento técnico do assunto do que Euclides. Era preciso defender a Bolívia e defender bem. A uma insinuação do Chanceler, Euclides meteu-se à obra, e pu-

blicou 9 artigos no "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro, defendendo a tese boliviana, dentro de um rigor histórico e técnico que assombrou o próprio Chanceler.

Dessa coleção de artigos veio a lume o livro "Peru versus Bolívia", peça magistral que colocou o seu autor entre os mais profundos conhecedores da cartografia, da história, da política da América do Sul.

Na mesma carta que citei há pouco, Euclides pergunta a Domício da Gama : "Chegariam aí uns artigos, "Peru versus Bolívia", que publiquei no "Jornal do Comércio" ? É uma das minhas quixotadas. Constituiu-me por satisfazer à índole romântica, um cavaleiro andante da Bolívia, contra o Peru. Por que ? Talvez porque a Bolívia... é mulher. De qualquer modo, manda-me dizer a tua impressão sôbre o lance !"

Euclides como bom discípulo da escola naturalista escondia sob o manto diáfano da fantasia, a nudez crua da verdade. O lance do grande homem tinha endereço marcado e fazia parte da política exterior da chancelaria brasileira.

A coleção de artigos foi, logo em seguida, publicada em forma de livro e constituiu peça importante para a defesa dos direitos da Bolívia, contra as pretensões peruanas. O Ministro Plenipotenciário da Bolívia em Buenos Aires, Senhor Eliodoro Villazon, traduziu-o e entregou ao Presidente argentino Figueroa Alcorta, árbitro da questão.

Sôbre essa obra de Euclides, Oliveira Lima escre-

veu: "Desconhecendo até não há muito o elemento histórico do processo, conhecedor apenas, mas por observação pessoal, de uma porção da região contestada que explorou e vai descrever com a largueza, a paixão e o pitoresco que não permitiam as dimensões, a frieza e a severidade do relatório oficial e técnico que apresentou, o admirável trabalhador e poderoso espírito que é o Senhor Euclides da Cunha ràpidamente se assenhoreou do assunto. Inteirando-se das exaustivas memórias trocadas entre as partes e apoiadas numa mole de papéis, enfronhando-se nesta documentação essencial para a compreensão, separando o sentido dos textos, arrastando para o debate autoridades geográficas, homens de Estado de todos os tempos da história americana, internacionalistas, jogando com datas, observações astronômicas, noções corográficas e dados diplomáticos, o nosso ilustre patrício elaborou como que uma terceira memória, extra-oficial, pois que não somos parte no processo".

Com paciência de beneditino, Euclides consagrou-se dias e noites, na biblioteca, nos arquivos e na mapoteca do Itamaraty, opulentos repositórios de documentação e bibliografia da história brasileira, à pesquisa e defesa da sua tese em favor da Antiga Audiência de Charcas e da Missão dos Moxos. Percorreu os relatórios dos visitadores gerais espanhóis, desenterrou e interpretou as ordenanças de intendentes e as Células Reais da Coroa de Espanha, as disposições do arquivo de Índias sôbre os limites das possessões hispânicas, consultou velhos mapas, historiadores e geógrafos.

Fêz, enfim, um trabalho hercúleo, que teria marcada importância nas futuras negociações com o Peru.

Euclides tinha, sôbre outros geógrafos e historiadores, a experiência, a vivência com o trabalho de campo, a intimidade com o terreno que explorava como observador invulgar. Além de pesquisador exemplar, tinha a experiência do demarcador de fronteiras. Êle próprio, no livro "Peru versus Bolívia" escreve: "O cartógrafo profissional, afeito a percorrer à maravilha milhares de milhas, e miriâmetros, montando cômodamente um lápis bem aparado e dextro, velocíssimo e ágil no transpor oceanos e no romper, em décimos de segundos, continentes inteiros, perde, exausto ao fim dessas imaginosas viagens, em que não moveu um passo, as próprias noções universais da forma e das distâncias. Há deploráveis desvios de justeza e boa medida em todos êstes Atlas homúnculos, que em tôda a parte aparecem carregando cada um o seu pequeno mundo bem feito e quasi sempre errado. Falta-lhes, em geral, a intimidade da terra. Nunca sentiram em tôrno, entre as vicissitudes das explorações longínquas, o império formidável do desconhecido, a ressaltar nas perspectivas assombradoras das paragens ermadas e nunca percorridas. E, sobretudo, por lhes inspirar mais respeitoso carinho a face do planêta, que irreverentemente garatujam — não avaliam que, não raro, a zona mais restrita, por onde lhes passa o lápis fôrro e endiabrado, é o deserto interminável que o explorador sucumbido, não lhe bastando o norte vacilante da bússola, só pôde dominar amarrando-se, cada noite, com

os raios refletidos do sextante, às âncoras das estrêlas. . ."

"Daí, em grande parte, o arrôjo com que pompeiam os seus riscos rebeldes e heresias gráficas. Na grande maioria, êstes hábeis caricaturistas de rios e de montanhas só se tornam inócuos quando se atêm à cópia ou ao decalque mecânico das linhas e dos erros dos seus antecessores. Se a fantasia se lhes desperta, a revolver terras e mares, assiste-se à inversão do Gênesis. Restaura-se a imagem perturbadora do cáos..."

Por isso, sua tese, consubstanciada nesse poderoso livro, trazia em seu bôjo argumentos irretorquíveis, compilados e interpretados por quem conhecia os dois misteres: o dos livros e o da natureza.

Sôbre o "Peru versus Bolívia", que ilustres contemporâneos seus não compreenderam o alcance, Euclides confessou: "O que aí está — imaculada e íntegra — é a autonomia plena do escritor — Muitos talvez não compreendam que, numa época de cerrado utilitarismo, alguém se demasie em tanto esfôrço numa advocacia romântica e cavalheiresca, sem visar um lucro, ou interêsses indiretos. Tanto pior para os que não o compreendam. Falham à primeira condição prática, positiva e utilitária da vida, que é o aformoseá-la..."

E mais adiante assegura :

"Não combatemos as pretensões peruanas. Denunciamos um êrro. Não defendemos o direito da Bolívia. Defendemos o Direito"

A 9 de julho de 1909, o Presidente argentino proferiu a sentença arbitral, fazendo a justiça de Salomão: dividiu o território contestado em duas porções, numa linha divisória que acompanhava o meridiano de 69° de longitude, "até encontrar os limites da soberania territorial de outra nação que não seja parte no tratado". Estavam assegurados os direitos do Brasil. Mas os dois contendores, Bolívia e Peru não se sentiram satisfeitos com o arresto argentino.

Todavia, os três países interessados — o Brasil, a Bolívia e o Peru, procuraram, através de suas chancelarias, solver êsses problemas fronteiriços que se dilatavam desde o raiar do século XX.

Todo o acervo de trabalho de Euclides ia entrar agora em funcionamento. Seus mapas fronteiriços, seus levantamentos topográficos, suas descrições dos acidentes geográficos da fronteira, suas linhas astronômicas, tudo que êle observou em sua viagem ao Alto Purus, na zona contestada, ia ser agora utilizado para a defesa dà tese brasileira. O Barão sabia perfeitamente que contava com argumentos científicos e históricos suficientes para impor seu ponto de vista. Não tardou a visita do plenipotenciário peruano.

Luiz Viana Filho na sua obra magistral sôbre a vida do Barão conta que: "Velarde, o plenipotenciário peruano no Rio de Janeiro, incumbido de remover o obstáculo, procurou Paranhos, solicitando-lhe formular um projeto de transação. Estava-se em 27 de agôsto (1909) e Velarde, que dizia ter pressa, ficou surprêso

quando o Chanceler, chamando Moniz de Aragão, lhe indicou o exato lugar onde, no "Mar Morto", devia buscar um pequeno mapa manuscrito. Era o mapa de Euclides da Cunha sôbre as fronteiras do Brasil com o Peru. No dia seguinte, estava pronta a proposta, que, em poucos dias, transformou-se no tratado de 8 de setembro de 1909. Dos 442 mil quilômetros litigiosos, o Peru ficava com 39 mil, dando a parecer que o Brasil retinha "a parte do leão". Nada seria menos verdadeiro ou mais injusto, escreveu Rio Branco, que apenas conservava os territórios realmente ocupados e habitados por brasileiros, enquanto ao Peru tocavam as áreas na posse dos peruanos".

"Como era de esperar, o tratado foi ratificado. Ainda uma vez, prossegue Luiz Viana Filho, "Rio Branco punha têrmo a um velho litígio de fronteiras. Dados os sérios ataques que sofreu por ocasião do Acre, acusado de receber da Bolívia territórios que teria de devolver ao Peru, a solução revestia-se, para êle, de especial importância. Agora, um balanço na obra do advogado e do diplomata, mostra haver Paranhos incorporado ao país, pacìficamente, cêrca de 900 mil quilômetros. Quantos, na história dos povos, exibirão igual acervo de serviços ao seus país ?"

Era a última batalha travada pela chancelaria brasileira para solucionar nossos problemas de fronteiras. As linhas configurativas da Pátria estavam riscadas. E os tratados assinados, até hoje, garantem a sua demarcação.

Em 1909, Euclides continuava como cartógrafo adido à Secretaria de Estado. Agora, Rio Branco havia lhe incumbido de preparar a base cartográfica para as negociações com o Uruguai, relativas à Lagoa Mirim e entre essa tarefa e os estudos de lógica êle consumia o seu tempo. Até que veio o mês de agôsto, fatídico, em que Euclides encontrou a morte, buscando salvar a honra.

Euclides da Cunha encontrou em Rio Branco e Domício da Gama amigos fraternais e sentia que seu trabalho na Chancelaria era útil à Pátria e à política do Govêrno.

Novamente é Luiz Viana Filho que nos conta: "Ao saber da morte do colaborador a que se afeiçoara, Rio Branco telegrafou a Domício da Gama, amigo comum. A princípio, nem quisera acreditar, pois ainda na véspera Euclides o procurara. Mas, falando-lhe de Cascadura, o romancista Coelho Neto confirmou a notícia. Como um desabafo do solitário, Paranhos assim resumiu o drama do assassinato: "Euclides da Cunha — dizia o telegrama a Domício — alucinado pela denúncia caluniosa de uma histérica contra a mulher, atacou ontem, em Piedade, a tiros de revólver, o aspirante a oficial do exército Dilermando de Assis, seu amigo, na residência dêste, depois de arrombar a porta do quarto em que êle dormia. Acudiu o aluno da Escola Naval, irmão do agredido. Dilermando recebeu quatro balas e o irmão duas; ambos estão em perigo de vida. Euclides recebeu quatro e faleceu pouco depois na presença da

sua mulher, do filho maior e do menor, que haviam chegado pelo seguinte trem para prevenir aos rapazes. Morreu dizendo que fôra vítima de uma calúnia". Êsse telegrama, que se encontra no Itamaraty, escrito pelo próprio punho do Barão, revela a afeição que unia os dois grandes homens. Domício da Gama, o outro grande amigo de Euclides, escrevia a Mário de Alencar: "Machado de Assis, Euclides da Cunha e Joaquim Nabuco fazem falta ao meu coração de brasileiro confiado no futuro de uma Nação que teve dessas inteligências". É que a morte roubara em pouco tempo, três das mais excelsas figuras da inteligência nacional.

O meticuloso trabalho geográfico de Euclides da Cunha, seus mapas, suas notas, seus esclarecedores estudos sôbre Hiléia se encontram nos arquivos e na mapoteca do Itamaraty, como testemunhas da sua poderosa cerebração e do seu gênio fulgurante. Foi, de certo, um iluminado e êle mesmo confessa em seu prefácio ao livro "Poemas e Canções", do nosso querido poeta santista Vicente de Carvalho e que Leandro Tocantins inscreveu no frontispício de seu nôvo livro sôbre Euclides : "Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido" :

"Assim andamos nós — do realismo para o sonho, e dêste para aquêle, na oscilação perpétua das dúvidas, sem que se possa diferenciar na obscura zona neutral alongada à beira do desconhecido, o poeta que espiritualiza a realidade, do naturalista que tateia o mistério... quando nos vamos pelos sertões em fora, num reconhecimento penoso, verificamos, encantados, que

só podemos caminhar na terra como os sonhadores e os iluminados".

E foi exatamente como caminhou pela vida Euclides da Cunha, êsse tira-linhas magistral, orgulho do nosso povo.

*Esta obra foi executada nas oficinas*
*da Editôra Sérgio Cardoso,*
*Rua Joaquim Sarmento, 78.*
*Manaus — 1966*

Secretaria de Estado
**de Cultura e**
**Economia Criativa**

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

# Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

**O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.**

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

**ACERVOS DIGITAIS**

https://beacons.ai/cdmam_sec

## FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
***cdmam@cultura.am.gov.br***
***acervodigitalsec@gmail.com***

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM**